

Imigração e família, segunda metade do século XIX

Immigration and Families, Second Half of the 19th Century

Sergio Odilon Nadalin

Programa de Pós-Graduação em História,

Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq)

Resumen

Tendo como foco o Brasil Meridional, o texto se propõe a pensar sua população a partir de algumas generalizações conhecidas e de modelos amplamente aceitos pela historiografia, pelo menos nas suas formas estruturais. A experimentação de suas coerências realiza-se em especial no terceiro quartel do século XIX, quando se colocam em primeiro plano personagens imigrantes: até que ponto a consistência dos modelos se mantém, ao introduzirmos nas suas engrenagens o elemento complexo dos contatos culturais resultantes das imigrações? Essa questão permite aventar hipóteses a respeito da articulação entre a estrutura da família construída pelos estrangeiros e descendentes e a própria estrutura mais ampla das relações sociais, numa dialética de mudanças que passam do “antigo” para o “moderno”. Questão que perpassa os comportamentos reprodutivos dos casais imigrantes que colocam algo a explicar e a compreender.

Palavras-chave: imigrantes, comportamentos reprodutivos, estrutura familiar, contatos culturais.

Abstract

Having Southern Brazil as its focus, this paper seeks to study the region's population based on some well-known generalizations and models widely accepted by historiographical thought, at least in its structural forms. Experimentation on their coherence takes place particularly in the third quarter of the 19th Century, when immigrants took a forefront position: To what extent does the consistency of the models hold, if we introduce in its workings a complex element such as the cultural contacts resulting from immigration? This question allows us to formulate hypotheses about the interaction between the structure of families constituted by foreigners and their descendents and the more encompassing structure of social relations, in a dialectics of changes that ranges from the “ancient” to the “modern”. This issue touches on the reproductive behaviors of immigrant couples, which bring forward something to be explained and understood.

Key words: immigrants, reproductive behaviors, family structure, cultural contacts.

Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Latino Americana de População, Montevideo, 23 a 26 de outubro de 2012. O conteúdo da presente comunicação tem uma história. Constituiu a base de um seminário desenvolvido no Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), em Campinas, na data de 19 de outubro de 1994. Reorganizado, tornou-se parte de um artigo mais amplo, publicado em colaboração com Maria Luiza Andreazza (1997 e 1999/2000). Rediscutido com meu parceiro de pesquisas Alain Bideau, foi publicado como quinto capítulo em Bideau e Nadalin, 2011. Agradeço a gentileza dos dois colegas em permitirem uma revisita e complementação do texto para apresentá-lo na mesa redonda organizada pelo Congresso intitulada “As famílias ‘possíveis’: perspectivas de estudos nas sociedades latino-americanas (séculos XVI ao XX)”.

Gustav Hermann Strobel tinha 5 anos quando desembarcou em São Francisco do Sul, na Província de Santa Catarina, no dia 11 de novembro de 1854. Ele acompanhava seus pais Christian August (36) e Christine Friedericke Herold (29), juntamente com sua irmã mais velha, Emilie Bertha (8) e o irmão mais novo, Emil Robert (1). Destinavam-se à Colônia Dona Francisca, no norte da Província.¹ O casamento dos seus pais foi oficializado em Glauchau, na Saxônia, em 1845. As outras três filhas – Maria, Fanni e Anna Luisa – nasceram em Curitiba (respectivamente em 1855, 1858 e 1861), para onde a família se mudou em 1855. Esta família conjugal era o que, no jargão da Demografia Histórica, é denominada família “E”,² característica de muitos casais jovens que imigraram da Alemanha na época da Grande Imigração.

A imigração de europeus no século XIX constituiu-se na réplica da elite brasileira ao impasse gerado pelo fim da escravidão, um dos indicadores da crise que assinalou o rompimento das estruturas coloniais. O processo migratório concerne, também, ao surgimento no Brasil daquilo que poderíamos denominar de “culturas imigrantes”.

As reflexões desenvolvidas neste texto procuram situar a emergência de uma dessas culturas imigrantes, analisando europeus e descendentes da perspectiva dos contatos culturais e da construção da etnicidade. As análises que se seguem foram alicerçadas em dados provenientes de reconstituições de famílias, metodologia privilegiada nos estudos de demografia histórica. Ademais, têm a pretensão de delinear uma teoria da família imigrante. Numa perspectiva mais ampla, o trabalho situa-se numa temática dos estudos de população; ou, o que é para nós mais pertinente, da história da população (Nadalin, 2004: 69-81).

32

Año 8

Número 14

Enero/

junio 2014

Imigração, família e contatos culturais: a construção de uma identidade étnica³

O cenário da imigração no Paraná começou a tomar forma na segunda metade do século XIX; porém, desde a década de 1830, observava-se o ingresso de estrangeiros na sua capital. Como resultado, em 1850 eram contabilizados 153 imigrantes no município. Tal cifra representava 1.7% da população total e quase 2% dos 7,861 indivíduos de condição livre, como contabiliza o recenseamento informado no “Mappa dos habitantes” datado nesse ano.

Logo após o censo, imigrantes de origem alemã, oriundos da Colônia Dona Francisca,⁴ começaram a organizar pequenas chácaras ao longo dos caminhos que par-

1 Núcleo do atual Município de Joinville.

2 Família “E”, unida pelo matrimônio no exterior.

3 A respeito da construção da identidade étnica, ver também Nadalin, 2009. (O personagem principal deste texto é Gustav Hermann Strobel, sobre o qual também se chama a atenção nesta comunicação).

4 Atual município de Joinville, em Santa Catarina.

tiam de Curitiba, do Bigorilho à Graciosa, ocupando a região noroeste-norte-nordeste da periferia urbana (Heisler, s/d: 69). Muitos deles, porém, localizaram-se na própria zona urbana, dedicando-se a diversos tipos de comércio, ofícios e serviços. Outros, enfim, como a própria família Strobel (Strobel, 1987) mencionada na epígrafe, em outras regiões periféricas da Capital. Desta forma, em 1866, se a população curitibana somava, no total, 12,771 indivíduos, 856 (6.3%) eram estrangeiros –seguramente, a maioria de origem germânica (Martins, 1941: 92).⁵

Podemos imaginar o impacto causado pela presença de colonos estrangeiros e “remigrantes” na sociedade tradicional paranaense, mesmo descontando o fato de que grande parte deles não estivesse permanentemente em contato direto com a população autóctone. Esse impacto voltou-se contra o próprio imigrante, ainda porque, considerado estrangeiro, ele mesmo deveria sentir-se estranho inserido no ambiente novo, algumas vezes hostil.⁶ Ou seja, as relações que o imigrante estabeleceu com a sociedade receptora tiveram como fundamento a *alteridade*, considerando a multiplicidade das culturas em contato no interior de um espaço ocupado desde há tempos pelas comunidades tradicionais locais; estas, extremamente hierarquizadas e, de modo geral, centradas no “eixo” senhor-escravo.

Gustav Hermann Strobel legou-nos o registro de suas memórias, preocupado como estava em deixar para seus descendentes o relato da imigração da sua família. No seu texto, e sobre o tema da escravidão, eis o que o autor escreveu, informando a respeito de um dos seus vizinhos em São José dos Pinhais, no Sul de Curitiba:

Pedro Machado, que era solteirão, morava em sua casa com duas irmãs, também solteiras. Todos os três eram muito bons conosco e nos auxiliavam muito. Eles eram bem abastados, donos de grande extensão de terras com grande quantidade de gado e muares. E, principalmente, eram donos de uma quantidade de escravos. O fato de possuir escravos numerosos era um sinal de riqueza. Esses escravos eram negociados como gado. Um escravo masculino, na faixa de vinte a trinta e cinco anos, custava geralmente 100\$000 réis, cerca de 2.000 marcos alemães. Os mais jovens, os mais velhos e os do sexo feminino, eram negociados por preços inferiores. Os que possuíam escravos fortes e saudáveis lucravam boas somas com a reprodução deles. Os escravos eram apenas alimentados e vestidos pelos seus amos e somente aos domingos e feriados podiam trabalhar para ganhar algum dinheiro próprio (Strobel, 2014: 68).

A partir da primeira geração, tendo como referência as gerações sucessivas de descendentes, desenvolveu-se uma “cultura imigrante” germânica com viés étnico no Paraná e, extrapolando, no Brasil Meridional; foi constituída em função da resposta dada pelo

5 Na periferia de Curitiba, eram 18.581 habitantes, incluídos 262 (1,4%) estrangeiros (Martins, 1941: 92).

6 A alguns analistas, um “ambiente hostil” pode parecer, às vezes, um pouco forte. Para deixar claro, quero me referir a uma variada gama de hostilidades possíveis na relação entre o “nacional” e o estrangeiro. Incluo nessas possibilidades, principalmente, as representações criadas no universo mental imigrante, e que fazem parte da cultura construída com a identidade étnica, tanto no mundo rural como nas cidades.

ádvena às expectativas manifestadas pela sociedade brasileira –ou, no principal, pelas suas elites–. É evidente: esta cultura imigrante –ou, melhor, estas culturas imigrantes–, eventualmente estas comunidades étnicas, formaram-se de modo igual como um repto às próprias esperanças criadas pelos estrangeiros, abstraídas as diferenças culturais que ligavam de modo diferente os migrantes aos seus antepassados europeus e, também, os diferentes fatores que agiram e levaram aqueles indivíduos a emigrar. No fundo, as distintas e variadas identidades construíram-se historicamente como defesa à própria sobrevivência do imigrante e seus descendentes. E, podemos igualmente aventar, como *sistemas de aprendizado* inconscientemente construídos e destinados à melhor integração dos estrangeiros ao meio em que foram inseridos (Andreazza e Nadalin, 1994: 71).

E, assim, a autopreservação e a integração constituir-se-iam nas duas variáveis fundamentais que poderiam explicar todo o processo de formação dos grupos étnicos. No Paraná, alemães, italianos, poloneses, ucranianos, japoneses..., para só citar aqueles segmentos que foram mais representativos. Colorido pelas suas especificidades, cada grupo constituiu-se edificando e(ou) reedificando suas histórias, seus mitos e tradições. Mantiveram-se atados dessa forma às sociedades “emissoras” durante mais de uma geração, por meio da forja de *correntes sociais* (Halbwachs, 1941: 100).⁷ Esse fato era realimentado não só pela continuidade dos fluxos migratórios, mas também pela fixação de outros liames físicos, intelectuais e espirituais.

Em consequência, eram os elementos de *conservação* que propiciavam uma certa unidade social “acompanhada por uma consciência comum e por uma certa coesão na acção” (Golfin, 1973: 94): consciência comum etnicamente engendrada; conduta coletiva em parte determinada pela solidariedade fundada num mesmo estado de espírito originado da *corrente* estabelecida (Halbwachs, 1941). Ao continuarem socialmente integrados na referida corrente, numa unidade dotada de certa duração (Birou, 1973: 180) –ou seja, ao continuarem como *imigrantes*–, permaneciam os vínculos característicos do grupo social. Cabe observar que se manter imigrante por mais de uma geração, dependendo das circunstâncias em jogo, significava que os filhos dos estrangeiros, como membros do grupo, também eram considerados ou se consideravam “imigrantes”.

Sublinho que esses contextos devem considerar as particularidades dos migrantes que continuam a chegar, num processo de “contatos culturais” no interior do grupo, e solidificando-se em função das relações com a sociedade receptora, desenvolvidas num

7 Como este autor, entendo que o indivíduo torna-se “imigrante” quando decide romper suas raízes e se decide a partir. Continua “imigrante” mesmo que, depois de estabelecido no local de destino, mantém de alguma forma laços com a sociedade que o viu partir. Entendo também que, estabelecido e mantendo contatos culturais com a sociedade receptora, esses laços, essa *corrente social* pode assumir, onde se fixou, relações étnicas.

franco processo de urbanização.⁸ Esta sociedade anfitriã albergava, da mesma maneira, as originalidades definidas pela “italianidade” e “polonidade” construídas em colônias instaladas na periferia da cidade e, mais acolá, escapando um pouco à influência dos mercados urbanos, um “paraíso das delícias” edificado pelos ucranianos (Andreazza, 1999). Portanto, histórias que devem considerar os ritmos temporais da edificação étnica, “comunitária”, combinados com as cadências definidoras da história social paranaense. Quero crer que as temporalidades formadas pelas contradições inerentes aos contatos culturais, no interior de um quadro de longa duração, articulavam em níveis diversos: de um lado, forças comunitárias e “centrípetas”; de outro, com forças desagregadoras, “centrífugas” e “societárias”, impostas pelo desenvolvimento das relações sociais numa cidade que se modernizava e cujos habitantes adequavam-se de modo gradativo ao mercado.

A matéria demográfica de um grupo étnico

Logo, o imigrante poderia ser encontrado no grupo cultural e (ou) étnico, bem como na Igreja. Via de regra, a instituição religiosa estava estreitamente vinculada não só ao cotidiano do imigrante e seus descendentes, mas também à própria etnicidade.

Examinemos o caso exemplar dos alemães em Curitiba, cuja maioria professava a fé luterana.⁹ Grande parte deles passou, ao menos uma vez, pelos registros da Paróquia, inclusive muitos católicos. Parcela significativa teve sua vida registrada na Igreja organizada, ao ser batizado, por ocasião do casamento, ao servir de testemunhas e quando seus corpos foram sepultados.

O conveniente arranjo das informações obtidas nestes registros permitiu que fosse realizada a reconstituição de várias centenas de famílias, detectando-se, em consequência, milhares de indivíduos que se congregaram mais ou menos intensamente às comunidades evangélicas (Nadalin, 1978) ou à Igreja Católica (Ranzi, 1996). A formação dos núcleos familiares constituídos pelos casais de origem germânica e seus filhos em Curitiba tem indicado que, acima das querelas e distinções de ordem religiosa, os membros do grupo acabaram por cimentar a união num só destino étnico. O seu elo era

8 É necessário observar que, de certa forma, o movimento emigratório/imigratório, tema também desta comunicação, faz parte do amplo processo de migrações rurais-urbanas que caracterizaram a “Era do Capital”: “Já que a maioria dos europeus era de origem rural, assim eram os emigrantes. O século XIX foi uma gigantesca máquina para desenraizar os homens do campo. [...] Migração e urbanização andavam juntas ...” (Hobsbawm, 2004: 274-275).

9 Embora essas cifras possam variar de local para local, calcula-se que o número de protestantes entre os imigrantes de origem germânica somavam 90% do total. Por outro lado, observo que a família Strobel, estabelecida em Curitiba e apesar da fé evangélica, tiveram de batizar as meninas aqui nascidas na Igreja Católica, pois ainda não havia na capital paranaense, antes do final de 1866, uma paróquia protestante organizada.

constituído pelo *Deutschtum*, pela “germanidade”, ou pelo *Deutschbrasilianertum*, pela “teutobrasilianidade”.¹⁰

Um exame preliminar das famílias cujos traços foram recuperados por meio dos registros paroquiais luteranos permitiu verificar que, sob o rótulo genérico de “alemães”, incluía-se entre os membros da *Deutsche Evangelische Gemeinde*, em Curitiba, um leque bastante diversificado de origens regionais, principalmente –mas não só– na primeira geração de imigrantes. Na fase “pioneira” da história desta paróquia, os estrangeiros foram naturalmente preponderantes: eram prussianos, posnanianos, silesianos, pomeranos, hanoverianos, hamburgueses, renanos, suíços; alguns eram naturais do Schleswig-Holstein, outros do Mecklenburgo, da Saxônia, Turíngia, Westfália, Alsácia-Lorena, etc. Foram encontrados até alguns bávaros e austríacos, católicos por tradição (Nadalin, 1974: 122). As diferenças seriam ainda mais pronunciadas se contássemos as complexas distinções culturais e dos dialetos locais (Willems, 1980: 28-40)– mais ainda se considerássemos as proveniências distintas do campo e da cidade e, enfim, a heterogeneidade dos fatores que explicam o decurso da emigração no tempo. .

Visto desta forma, as diferenças passam a ser tantas que parece impossível agregar os imigrantes numa perspectiva generalizante. No entanto, tudo indica que os contrastes teriam sido aparados na *práxis* da construção da identidade étnica –e aqui estariam as condições para a referida generalização: numa perspectiva macro, estaríamos autorizados a visualizar um grupo social cuja “coesão na ação” amalgamou gradativamente o amplo leque das diversidades regionais (e, naturalmente, as diferenças internas no grupo); na mesma ótica, passou-se gradativamente a um processo de *assimilação* (Green, 2008) que alcançou, de maneira diferenciada, boa parte das famílias do grupo.

No desenvolvimento dos contatos, a marginalização inicial foi ultrapassada, abrindo-se os imigrantes à maior interferência cultural da sociedade paranaense; em função disso; os membros das gerações que se seguem, geralmente já nascidos no Brasil, elaboram e reelaboram constantemente identidades étnicas. Ao consolidar sua identidade, o grupo não só manteve como aumentou um comportamento endogâmico: as percentagens relativas às décadas de 1890, 1900 e 1910 traduziam casamentos intraculturais ou, mesmo, intraétnicos, beirando praticamente um número absoluto (Nadalin, 1974: 74-78; 164-184). Acredito que a manutenção deste tipo de comportamento não se deve somente ao crescimento vegetativo e a manutenção do fluxo imigratório da Alemanha, bem como ao

10 Cabe desde logo explicitar que as “fronteiras” do grupo étnico eram fluidas e (ou) porosas, como desenvolve Barth (1998). Ou seja, no desenvolvimento do texto devo sempre mencionar um grupo, coortes, subgrupos, etc., numa perspectiva generalizante, como se todos os indivíduos, em “ordem unida”, marchassem sob a mesma batuta. Nada seria mais falso, pois tenho ciência das individualidades dos membros do agrupamento social; embora fronteiras étnicas possam ser desenhadas em função de signos identificadores: “A pertença étnica não pode ser determinada senão em relação a uma linha de demarcação entre os membros e os não-membros. Para que a noção de grupo étnico tenha um sentido, é preciso que os atores possam se dar conta *das fronteiras* [grifo meu] que marcam o sistema social ao qual acham que pertencem e para além dos quais eles identificam outros atores implicados em um outro sistema social” (*Idem*: 152).

aumento das migrações internas cujo raio de abrangência incluía Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Com efeito, as gerações subsequentes aos pioneiros tiveram tempo de amadurecer os seus contatos com a sociedade curitibana, além do fato de o período referir-se da mesma forma à intensa atuação da liga pangermânica e as questões de caráter nacionalista que se colocam em discussão na época, desembocando na Primeira Guerra Mundial (Nadalin e Fabris, 2012).

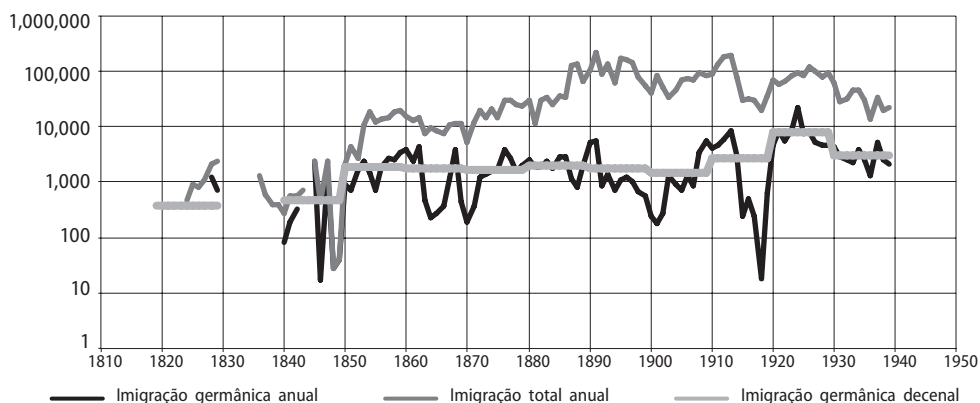
A associação e disposição dos dados coletados nas fichas de família levaram-me a algumas constatações e análises a respeito da fecundidade no referido agrupamento étnico (Bideau e Nadalin, 2011). Como ficou implícito acima, os casais que iniciaram a vida matrimonial na comunidade luterana foram agrupados em coortes, ou seja, em três subgrupos de histórias de famílias, distanciados entre si por mais ou menos uma “geração” (20 a 25 anos). Para cada uma dessas unidades foram obtidas as descendências finais ou completas, calculadas a partir das taxas de fecundidade. Àquelas famílias cujos ciclos matrimoniais iniciaram-se entre 1866 (ano em que começaram os registros na comunidade) e 1894 foram contabilizados de seis a sete filhos em média, enquanto durou o período de fecundidade da mulher ou enquanto o casal deliberadamente se expôs ao risco da concepção (ou ainda, finalmente, enquanto durou a união). O grupo subsequente, cujas famílias foram constituídas entre 1895 e 1919, nas mesmas condições gerou um número menor de filhos, quatro a cinco por casal, também em termos médios. Finalizando, para o último subgrupo –casais formados entre 1920 e 1939–, foi observado um número médio em torno de dois a três filhos nascidos vivos, o que permite supor, de uma coorte a outra, uma queda significativa da fecundidade, principalmente no período entre-guerras. Coerentemente com os dados obtidos para a primeira coorte, é interessante observar que, como foi mencionado na epígrafe acima, Christian August e Christine Friedericke tiveram seis filhos ao todo, apesar dos transtornos ocasionados pela imigração alemã. Todos casaram entre 1875 e 1888, na Igreja Evangélica, com exceção de Anna Luisa, unida a um jovem austríaco e católico; este casal teve sete filhos. Também sete tiveram Emma Emilie, Gustav Hermann e Maria. Fani, cinco e Emilie Bertha e Emil Robert, quatro filhos.

Essas observações indicam que o número de crianças nascidas no seio das famílias formadas durante a segunda metade do século XIX ajudou especialmente a garantir o crescimento da comunidade étnica. A diminuição da fecundidade de uma coorte a outra explica, por sua vez, a queda no crescimento natural do grupo durante o século XX, sobretudo a partir da década de 1920. Tal fato foi compensado pelo grande afluxo de novos imigrantes de origem alemã no mesmo período. Com efeito, entre 1920 e 1939, a imigração alemã no Brasil bateu todos os recordes, em números absolutos, alcançados no século anterior (Gráfico 1).

A fecundidade diminuiu de um subgrupo a outro. O que isso significa? No âmbito da “transição demográfica” este tipo de evidência não é importante em si mesma, pois é consistente com o que se observou em centenas de casos, independentemente da época considerada e das culturas e categorias sociais envolvidas. Nesse sentido, portanto, o trajeto trilhado pelo grupo de imigrantes alemães e seus descendentes em Curitiba de

1866 a 1939 não foi muito diferente daquele percorrido pelas populações em geral, no caminho para a modernidade, ainda que a cronologia e (ou) a geografia possa variar quando se estuda um ou outro grupo populacional (destacado seja por suas características étnicas, socioeconômicas, regionais, etc.).

Gráfico 1
Imigração germânica (alemã e suíça) e imigração total. Brasil. 1819-1939



Fuente: Neiva e Carneiro, 1950: 60-61.

O que importa, realmente, é que a referida trilha consistiu na experiência única e original de um determinado grupo social, uma realidade caracterizada pela dinâmica dos contatos culturais, combinada com a complexificação das relações sociais intra e interétnicas oriunda dos processos migratórios e da urbanização. É neste quadro de transformações que devemos situar a diminuição da fecundidade observada. Ampliando o foco, assim também entendendo o amplo espectro de modificações que implicaram a alteração da estrutura da família no Ocidente (Shorter, 1977). Em suma, as relações a serem estabelecidas a partir dos comportamentos reprodutivos no grupo colocam-nos algo a explicar e a compreender.

Pois, de fato –e completando uma observação anterior–, o “imigrante alemão” poderia ser encontrado na Igreja, e do mesmo modo na escola, congregado em associações de canto, de ginástica, de tiro; entretanto, era, sobretudo, visível na “família” e constituindo unidades domésticas. A Igreja Luterana, um associativismo típico, e as instituições fundadas e organizadas pelos imigrantes acabaram por alimentar a consciência étnica; porém, era basicamente na unidade familiar que o grupo se reproduzia.¹¹

É preciso novamente enfatizar que a organização social característica do grupo estava estreitamente vinculada tanto ao dinamismo das atividades urbanas quanto às relações

11 Conquanto Roche esteja a tratar principalmente das colônias rurais teuto-riograndenses, creio que é possível generalizar sua afirmação de que “a família constituía, para os recém-chegados, a célula fundamental. [...] A família, fechada em si mesma, exerceu, assim, uma função social basilar” (Roche, 1969: 600).

étnicas estabelecidas. Esta íntima associação intervinha na recriação da unidade doméstica e nos laços de parentesco estabelecidos. De modo que a consequente estrutura social no interior do grupo interferia nas escolhas matrimoniais, na divisão do trabalho, definindo os diversos papéis no interior do domicílio e, mais amplamente, na família. Assim é que, na história dos casamentos de Gustav Hermann Strobel, de seu irmão Emil Robert e de suas irmãs Emilie Bertha e Maria, para além dos vínculos etnoculturais e religiosos, são fortes das evidências de que haveria entre as famílias dos noivos vínculos profissionais. Tais vínculos poderiam funcionar como “porta para a integração, ainda quando os indivíduos envolvidos nessa rede de sociabilidades tinham a mesma origem e viviam a mesma condição de imigrantes”. Em outras palavras, as relações e ligações profissionais teriam sido “a primeira porta para integração dos membros da família à cidade e à comunidade germânica” (Machado, 1998: 49; 50; 52). Nessa lógica, eu poderia, inclusive, me perguntar até que ponto os nexos profissionais não condicionariam a escolha dos noivos e das noivas. Porque, ainda de acordo com a autora acima referida, teríamos que esperar as gerações seguintes da linhagem Strobel para detectar sinais de individualidade nas escolhas dos cônjuges (Machado, 1998: 61).

De modo que, sintetizando, também extrapolando muitas vezes a casa e a unidade conjugal, as relações sociais reproduziam-se no microcosmo da trama estabelecida entre as ligações profissionais e de amizade, de compadrio, de vizinhança, de clientelismo e porventura outras construídas no interior do grupo a partir da unidade familiar. Tais conexões estavam fundadas na possibilidade de uma ampla definição de parentesco, e nem sempre se restringiam às relações consanguíneas e afins. Esta é uma probabilidade que eu gostaria de aventar no quadro que se está definindo, atributo de muitas sociedades tradicionais.

Essas características adquiriam um colorido especial quanto tratamos de uma parcela importante de emigrantes que, ao partirem, deixavam para trás pais, avós, tios e outros parentes. A história de uma amizade construída num contexto de “imigração” é exemplar, reforçada posteriormente por laços estabelecidos por ocasião do casamento.

Em 1874 uniram-se matrimonialmente na *Deutsche Evangelische Kirche*, em Curitiba, Carl August Langermann (24) e Wilhelmine Lindemuth (19), sendo padrinhos o casal Johann (35) e Emilie (*née* Schlottag) (30). Anos mais tarde, Emma, primogênita dos Langermann, casou-se com Otto, o primeiro filho varão de Johann e Emilie Mehl.¹² Não foi por acaso que Otto era afilhado da mãe da noiva, que o batizou quando solteira. As histórias das famílias constituídas pelos dois casais cruzaram-se ainda em Joinville, a antiga Colônia Dona Francisca, provavelmente pelo fato de serem, todos, originados da Pomerânia e falarem o mesmo dialeto, pela circunstância provável de que devem ter decidido juntos a mudança para Curitiba e, finalmente, pela vizinhança – instalaram-se

12 Casaram-se em Curitiba no ano de 1872, mas tiveram a primeira filha em Joinville, em Santa Catarina, em 1870. Otto foi o primeiro filho nascido em Curitiba.

na região colonial na periferia norte da capital paranaense-;¹³ enfim, além dos vínculos de casamento que dessa forma estabeleceram, pelo reforço do compadrio: a última filha do casal Langermann recebeu o mesmo prenome de Emilie (Mehl), sua madrinha (Nadalin, 2011).

As circunstâncias da imigração e do “migrar de novo” impediam que relações “parentais” mais amplas existissem, pelo menos nos moldes de uma sociedade estável: é exemplar o fato de que Wilhelmine, a mulher de Carl Langermann, não tivesse parentes em Curitiba.¹⁴ Portanto, num contexto como esse, podemos imaginar que vínculos pessoais criavam-se e se desenvolviam muito mais facilmente.¹⁵

Em verdade, esses vínculos constituíam alicerces de uma solidariedade comunitária, base de uma futura identidade étnica construída pelo grupo social e religioso ao qual pertenciam. Isso tudo me permite supor que esta história poderia ser generalizável numa comunidade fundada por imigrantes, inclusive nas décadas seguintes.¹⁶

Características do comportamento reprodutivo do grupo

Quando reconstituímos famílias em acordo com técnicas da demografia histórica, partimos do cerne demográfico, seu núcleo reprodutivo, ou seja, o casal e seus filhos. Ora, considerando-se a premissa de que a reprodução de uma população é parte substantiva de sua própria reprodução social, o “imigrante”, como membro da comunidade étnica, não só reproduzia a si mesmo nos seus filhos: recriava, pela reprodução biológica, parcela das gerações sucessivas que compuseram o agrupamento social na sua duração e, nos seus alicerces, a *matéria demográfica* tanto do grupo como de uma determinada visão de mundo –eticamente reconstruída, repito.

Em consequência, este quadro deve se constituir no cenário necessário para que se possam explicar os comportamentos demográficos dos homens e mulheres, sujeitos das pesquisas que sustentam esta comunicação. Para fazer isso, teremos de ampliar um pouco

13 Não é possível ir mais longe, pois carecemos de informações relacionadas à região pomerana de onde provinham e, mesmo, se viajaram juntos da Europa para o Brasil.

14 Pelas indicações possibilitadas pelos registros paroquiais e pela reconstituição de famílias, deixou seus parentes mais próximos em Dona Francisca.

15 O fenômeno da migração e do desarraigamento familiar consequente impediu a observação de alternâncias de gerações no compadrio, como Woortmann verificou em Dois Vizinhos, no Rio Grande do Sul. Segundo a antropóloga, algumas estruturas são evidentes na colônia por ela estudada. Uma delas refere-se ao estabelecimento de relações de reciprocidade entre o afilhado e seu “pai espiritual”, que paga sua dívida apadrinhando o neto de seu padrinho (Woortmann, 1995: 201). Se não foi bem assim, algo semelhante ocorreu em Curitiba: Wilhelmine Lindemuth, ainda solteira, foi madrinha de *Otto*, filho de *Johann Mehl*; mais tarde, depois de casada sua filha com o afilhado, este foi, por sua vez, padrinho do sétimo filho de *Wilhelmine* (justamente nominado *August Otto Gustav*). Resgatava, assim, sua dívida com a madrinha (Nadalin, 2011).

16 O período denominado de “Grande Imigração”, que se iniciou no Brasil na conjuntura abrangida pelas décadas de 1850 e 1860, terminou teoricamente com a Crise de 1929. Entretanto, o período 1930 até 1940 assistiu ainda a uma substantiva imigração de alemães no país.

as constatações anteriores, articulando as taxas de fecundidade com a idade média da mãe ao casar e ao dar à luz o último filho.

Os dados quantitativos já apresentados, que pretendiam expressar a evolução global da fecundidade em termos da descendência final gerada por uma parcela dos casais do grupo, revelam muito mal a complexidade da análise. Cabe, pois, deter-se um pouco mais sobre a questão, tendo em mente que a apresentação pretendida a seguir constitui um breve resumo de análises demográficas já realizadas (Bideau e Nadalin, 2011).

O número de crianças nascidas em cada mil mulheres, em função da idade da mulher por ocasião da maternidade, pode ser traduzido graficamente em curvas, cujo desenho expressa um comportamento reprodutivo “médio”, para cada um dos conjuntos de casais agrupados nas três coortes antes referidas. Assim, os traços concernentes às taxas de fecundidade do primeiro subgrupo de famílias (casamentos de 1866 a 1894) apresentam uma forma convexa, própria de populações que não limitam voluntariamente a prole. Essa convexidade revela histórias de mães que, no decurso dos anos, tiveram sua fecundidade diminuída gradual e “naturalmente” até uma idade média de 38.6 anos. Grande parte destas mulheres, portanto, utilizou praticamente todo o ciclo de vida fértil para constituir suas descendências (6.8 filhos, em média).

Nos dois subgrupos seguintes (1896-1919 e 1920-1939), a ruptura com o padrão apresentado na primeira coorte é evidente, não só pela diminuição continuada da fecundidade (4.6 e 2.6 filhos, respectivamente). Essas diferenças traduzem-se na redução dos níveis das curvas e, o que é talvez mais significativo, na concavidade delineada pelos seus traços. Na segunda coorte, observa-se com certa clareza que, uma vez atingida a descendência desejada pelos casais observados, estes começaram a utilizar o que os demógrafos chamariam de freios contraceptivos. No último grupo de casais da comunidade étnica as evidências parecem indicar comportamentos de controle da prole desde o início do casamento, o que explicaria a tendência a uma descendência mais débil.

A utilização de métodos contraceptivos revela-se, igualmente, pela diminuição da idade média em que as mulheres tiveram seus últimos filhos. Aqui também se visualiza a ruptura: de 38.6 anos na primeira coorte para 34.6 anos na segunda.¹⁷

É interessante ainda anotar, pelo seu significado, que essas mudanças foram acompanhadas por transformações na nupcialidade. Assim, a idade média com que as mulheres se casavam pela primeira vez aumentou de um período de casamento a outro, expressando-se nas médias de 21.1, 21.9 e 23.1 anos, respectivamente. Em outras palavras: do primeiro para o terceiro subgrupo, as jovens da comunidade retardaram dois anos em média o casamento. De modo que o decréscimo da fecundidade revelava-se também no encurtamento das histórias maternais: na primeira coorte as mulheres atingiam sua

17 Tendo em vista o “corte” em 31 de dezembro de 1939, a grande maioria das mulheres da coorte iniciada em 1920-1939 não pôde ser acompanhada até a idade de 45 anos, o que explica o fato de não ter sido calculada a idade média da última maternidade para estas mães.

descendência final ao cabo de 17.5 anos, em termos médios; nas coortes seguintes estes ciclos diminuíram substancialmente, para 12.7 e 11.5 anos.¹⁸

Essas análises salientaram que as famílias pioneiras parecem ter mantido um comportamento reprodutivo semelhante ao de seus pais e avós, se valer a generalização realizada a partir de estatísticas relativas a alguns Estados alemães (Ministère du Travail et de la Prévoyance Sociale, 1907: 209). Numa comparação da fecundidade, superpondo-se as curvas, foi observado que tais estatísticas são coerentes, isto é, que existem semelhanças nos seus níveis e no seu traçado, relativamente convexo (Bideau e Nadalin, 2011: 87). Trata-se, naturalmente, de uma constatação provisória, pois está fundada na hipótese de que as gerações das mulheres alemãs, observadas de uma forma agregada no período anotado de 1876 a 1880, mantiveram um comportamento demográfico no mínimo parecido.

Entretanto, tal não aconteceu com o início da idade reprodutiva. De fato, os rapazes e moças do grupo casavam-se em média mais cedo do que seus conterrâneos, que não emigraram. Eu me refiro às mulheres em especial: aqui, em torno dos 21 anos; lá, entre os 26 e 27, se pudermos, como antes mencionei, generalizar algumas estatísticas alemãs do período. Ou seja, uma diferença beirando aproximadamente cinco anos e meio.

As médias exemplificadas para a Alemanha correspondem mais ou menos ao padrão ocidental de casamentos, baseado em idades tardias tanto para os homens como para as mulheres. Por outro lado, ao iniciarem seus ciclos matrimoniais em Curitiba, tanto imigrantes de origem germânica como alguns dos seus descendentes, todos pertencentes ao primeiro subgrupo em análise, aproximavam-se de um padrão brasileiro de início da vida reprodutiva.

É muito provável que a antecipação da idade ao casar tenha refletido uma mudança na articulação terra-demografia, fruto da migração. Parece que tal relação, no caso curitibano, estava ligada à concessão gratuita ou subsidiada de terras aos colonos estrangeiros na periferia da cidade, o que teria facilitado o estabelecimento, pelos jovens, de um domicílio próprio. Em todo o caso, as explicações encontram-se em aberto, e poderíamos até nos perguntar em que medida a situação de pioneirismo, articulada às dificuldades iniciais de instalação, não teria levado os pais a incentivar um casamento mais precoce para os seus filhos.

As histórias de vida que se desenvolveram já no século xx, concernentes às famílias formadas, na maioria, por cônjuges “teuto-brasileiros”, assinalaram uma dupla revolução comportamental em relação à coorte precedente: uma, malthusiana, traduzida no adiamento da idade ao casar, e outra, neomalthusiana, manifesta no emprego de métodos contraceptivos (MacFarlane, 1990: 45). A partir dessas constatações empíricas, o problema que me ocupa aqui é de saber *por que* e *como* tais mudanças se produziram,

18 A média para este último período foi provavelmente subestimada, pois se supôs, para anotá-la, que a última maternidade manteve-se no mesmo patamar do segundo para o terceiro grupo, o que não deve ser o caso.

considerando de início que estas mudanças parecem se relacionar à “transição demográfica” (e à complexidade dos seus mecanismos)¹⁹ e à questão do quadro teórico de uma identidade étnica inscrita num processo de urbanização. Questão complexa, uma vez que carecemos de fontes documentais que permitam invadir tão francamente a intimidade destes casais. A única forma de tentar resolver o problema baseia-se numa metodologia de tateamentos sucessivos, a partir das cifras calculadas, e fundamentadas em alguns sistemas teóricos já conhecidos.

As primeiras explicações que dão conta deste processo repousam sobre a ideia de que a fecundidade teria diminuído em função da queda da mortalidade, notadamente a infantil. As razões da transição deveriam, portanto, residir numa só causa, isto é, no melhoramento das condições de saúde pública e do saber médico.

É evidente que o fator mortalidade e morbidade não deve ser desdenhado, uma vez que este fenômeno efetivamente ocorreu durante o século XIX. No caso brasileiro, em especial, observa-se uma diminuição deste fenômeno a partir dos anos 1860, assinalando-se uma queda bruta da mortalidade a partir da década de 1930 (Nadalin, 2004: 143); tal fato deve ter se refletido no grupo em questão. Com efeito, algumas análises permitem aventar a hipótese, ainda muito preliminar, de uma situação privilegiada da comunidade nesse sentido (Macedo, Burmester e Nadalin, 1984).

Entretanto, não descartando essa explicação, acredito que seja possível escapar às modelizações que tendem a ser um tanto mecanicistas, dada a complexidade da realidade social. A maioria dos autores tem concordado com a necessidade de se estudar de forma especial o casamento e a fecundidade como variáveis intervenientes no processo global da transição demográfica (MacFarlane, 1990: 34-62).²⁰ O início da idade reprodutiva e a fecundidade, antes de serem fenômenos puramente biológicos, constituem-se em manifestações culturais.

Assim sendo, eu chamaria a atenção para a dicotomia já amplamente conhecida, que opõe às estruturas familiares típicas das sociedades tradicionais camponesas e pré-industriais à família nuclear individualista, característica das sociedades ocidentais ou, num sentido mais amplo, da modernidade. Mesmo adequada aos nossos propósitos, a perspectiva de análise escolhida reforça a importância de uma linearidade do fenômeno.

Como se apresentariam tais ciladas teórico-metodológicas? Primeiramente, como ilusão de uma sincronia absoluta na alteração dos comportamentos, obscurecendo na história a convivência contraditória do moderno com o tradicional. De outra parte, o historiador que trabalha com métodos quantitativos deve ter consciência de seus limites.

19 “Precisamente, como e por que sobreveio esta transição é um dos maiores enigmas com que se defrontam os historiadores da demografia” (Hobsbawm, 2005: 272).

20 Esta teoria foi amplamente discutida, tanto como explicação e como previsão. Ao mesmo tempo, o conceito parece ainda pertinente quando nós o inserimos numa perspectiva histórica (Therborn, 2006: 338-339).

Não obstante o rigor que as técnicas particulares permitem ao pesquisador, ele deve ter presente que os dados obtidos também dissimulam contradições.

Nesse aspecto, é sintomático que as famílias alemãs do subgrupo pioneiro revelassem, a partir da distribuição dos filhos gerados, um certo equilíbrio entre o número de famílias pequenas, médias e grandes –respectivamente de dois a quatro, cinco a sete, e oito a dez filhos–, o que ficou sintetizado numa média de seis crianças nascidas e numa moda de sete filhos (Nadalin, 1978: 322-323).

Portanto, conhecendo os limites, a articulação das cifras com modelos teóricos –mesmo lineares– constitui-se em *démarches* extremamente férteis para a problematização da realidade. Assim, é possível perceber na coorte em evidência uma tônica de comportamentos demográficos representativos, fornecidos por certo tipo de famílias, provavelmente de origem camponesa e (ou) “pequeno-burguesa”, como a do “mestre-carpinteiro” Christian August Strobel, já mencionado (Strobel, 1987), e como foi o caso de muitos “remigrantes”²¹ originários de Santa Catarina no início da segunda metade do século XIX. Como resultado, a hipótese de que sobre as diferenças deve pairar uma certa homogeneidade –indicada pelas variáveis relativas à fecundidade– deve ser adequada para se tentar entender o processo.

A coorte dos pioneiros: o esboço de uma teoria

Dito isso, será útil tentar uma caracterização da coorte dos imigrantes pioneiros, para daí se tentar perseguir a trajetória das famílias subsequentes.

44

Año 8
Número 14
Enero/
junio 2014

No que concerne a este grupo, tenho a firme crença de que, sob as cifras apresentadas, revelava-se uma sociabilidade do tipo tradicional, ao menos para a maioria das famílias.²² Uma natalidade relativamente alta, o predomínio substantivo de casais com muitos filhos, evidenciava atitudes conservadoras dos imigrantes em relação ao casamento, à mulher e esposa, aos filhos... Para os chacareiros alemães que se instalaram em Curitiba no terceiro quartel do século XIX, uma criança era um “bem útil a ser produzido”. Pois, instaurando na periferia da capital paranaense um sistema doméstico de produção, o tamanho da prole era fundamental para a sobrevivência do colono; constituíam os filhos um investimento necessário e lucrativo, no sentido de que não pretendiam somente produzir para a própria subsistência, mas para criar excedentes a serem colocados à disposição do mercado urbano (criação de pequenos animais, produção de laticínios e hortigranjeira).

A sociedade era patriarcal igualmente para um artesão deste mundo protoindustrial que dependia ao mesmo tempo de seus filhos e de uma “economia de salário familiar” (Therborn, 2006: 42). Nesse cenário, a história de Gustav Hermann Strobel é coerente

21 Imigrantes que migraram novamente.

22 Willems, por exemplo, assinala que entre os imigrantes de tradição camponesa era comum uma organização domiciliar do tipo “família tronco” (1980: 302). Ver também Seyferth, 1999: 295-296.

com o trabalho imigrante alemão em Curitiba no século XIX. Em suas memórias, ele se lembra de como ele e seus irmãos, ainda pequenos, ajudavam a mãe nos trabalhos domésticos, na horta e nos cuidados com os animais. Enquanto o pai saía para trabalhar, a mãe era especialmente solicitada, pois, “como a nossa casa ficava a pouca distância do caminho que vinha de Joinville, muitos alemães que vinham de lá paravam em nossa casa, como também os que trabalhavam nas redondezas passavam e hospedavam-se por alguns dias” –com pensão completa, diga-se de passagem– (Strobel, 1987: 61; 63).

Quando atingiu a idade, passou a acompanhar o pai (e, mais tarde, também seu irmão). Com certa amargura, ele se reporta ao salário que recebia por seu trabalho na cidade:

Trabalhamos por cerca de onze meses nessa obra. Apesar do ganho modesto, meu pai conseguiu economizar alguns cem mil réis, incluindo o meu salário. Pelo trabalho de cozinha, o qual ficava sob meus cuidados, ele me prometeu oito vinténs por semana (8 vinténs são 160 réis),²³ os quais, somados, dariam uma importância razoável. Porém, estou esperando até hoje por esse pagamento. Naturalmente, com os devidos juros! Meu pai exigia que seus filhos trabalhassem sem remuneração para seus genitores até os 24 anos, e afirmava que, na Alemanha, era esse o costume. Ele me explorou bastante, pois sempre obedeci e fiz o que ele exigia; porém, nem por isso eu me rebelei e, ao contrário, sou grato a ele, pois aprendi a economizar e trabalhar, o que é o importante, e é o que todos deveriam aprender, porque assim não haveria tantos vagabundos e perdulários neste mundo! (Strobel, 2014: 118-119).

“Na Alemanha era este o costume.” De fato, lá, ou aqui, como fez Christian August com seus filhos, o artesão deste mundo que se perdeu²⁴ “desenvolveu uma estratégia de sobrevivência baseada na reunião das contribuições, viessem ou não de salários de todos os membros da família, tanto dos filhos quanto da mãe/esposa” (Therborn, 2006: 42). O imigrante era um *pater famílias*, provedor, administrador de uma empresa familiar que exigia muitos esforços e que, ainda (segundo o autor em referência), detinha o poder de “expulsar de casa os mal pagos jovens desobedientes”.

As crianças nascidas num mundo onde esses mecanismos se enquadravam eram, via de regra, legitimadas pelo casamento –ou, excepcionalmente, por uma união estável de caráter consensual–. Nesse contexto, pode-se afirmar que não passava pela cabeça desses imigrantes o controle da natalidade. Nesse sentido, chamo a atenção para o que o historiador demógrafo leria nas entrelinhas do relato de Gustav Hermann: “Tendo passado dificuldades em Joinville, aqui no Paraná ainda ficamos em pior situação. Meu pai não conseguira outros trabalhos; créditos, como recém chegados, também não tínhamos. Logo após nossa chegada em São José, nossa família aumentou mais uma vez. Era uma menina, e com isto mais uma boca a ser saciada” (Strobel, 1987: 47). Ele se referia a Maria,

23 Conversão realizada pelo autor (cf. original).

24 Parodiando Peter Laslett.

nascida em 08.07.1855 e que, pelos meus cálculos, teria sido concebida por volta do mês de outubro de 1854, numa cabine apertada do veleiro Florentin.²⁵

No universo mental tradicional,²⁶ bem aproveitar a fertilidade de uma união significava vantagens sociais e econômicas e, numa relação de reciprocidade, amparo na velhice. De outro lado, antes mesmo de Malthus, os camponeses da cristandade ocidental já tentavam escapar às barreiras da miséria retardando a união matrimonial ou mesmo –solução extrema– optando pelo celibato definitivo. À medida que a emigração significou a superação de uma série de obstáculos apontados por este autor, podemos perguntar até que ponto isto não significou também a possibilidade da emergência de outro modelo familiar no país de acolhida.

Eu me refiro ao caso concreto e muito especial de grande parte dos casais que constituíam o subgrupo de imigrantes alemães pioneiros em Curitiba, cujo início da história familiar ocorreu no interior de um enclave. O adiantamento da idade do primeiro casamento e a manutenção de uma fecundidade relativamente alta poderiam responder aos traumas, medos e anseios da migração e, principalmente, ao choque cultural característico da fase marginal. Tal comportamento demonstraria, mais uma vez, a flexibilidade dos regimes demográficos não só em relação à economia, como mostram alguns autores, mas também em relação às condições socioculturais de existência (Therborn, 2006: 340-341).

Num sistema camponês herdado (e, mesmo, entre a pequena burguesia constituída pelos artesãos e comerciantes das pequenas cidades européias), no qual se inseria a maioria dos remigrantes e imigrantes que se localizaram no planalto curitibano, os estímulos à nupcialidade e à maternidade afluíam sempre que não houvesse obstáculos. A facilidade de acesso à terra e a promessa de um mercado para a colocação dos produtos excedentes da subsistência e de serviços combinavam-se com as exigências herdadas de definição de um *status* social fundado na projeção de uma família grande no seio da comunidade. Este *status* harmonizava-se, igualmente, com uma tradição de masculinidade que se revelava no direito a uma esposa fértil e a muitos filhos.

De modo que, num tal ambiente, não é difícil entendermos a elevada ocorrência de crianças concebidas antes do casamento nesta primeira coorte (1866-1894). Estas eram práticas correntes ainda na segunda metade do século passado, pelo menos em algumas

25 Algumas páginas antes, Gustav, ao relatar a viagem de Joinville a Curitiba, em abril deste ano de 1855, informou sobre as dificuldades da viagem, realizada no lombo de mulas: “Minha mãe e a irmã, que não estavam habituadas a montar, frequentemente também desmontavam e seguiam um tempo a pé. Minha mãe, que além de bem gorda *estava grávida*, também sofria bastante com a viagem e seguia por isso, num ritmo lento” (Strobel, 1987: 44, sem grifo no original). O veleiro Florentin partiu do porto de Hamburgo em 30 de setembro de 1854, e chegou em São Francisco do Sul em 20 de novembro de 1855 (Böbel e Thiago, 2001: 172).

26 Hobsbawm, descrevendo o mundo na década de 1780, informa que a “cidade provinciana ainda pertencia essencialmente à sociedade e à economia do campo” (2006: 30). Acredito que é ainda possível caracterizar dessa maneira a sociedade europeia pré-industrial no século XIX.

regiões da Alemanha (Shorter, 1973). Da totalidade dos casais que permaneceram na comunidade até pelo menos o nascimento do primeiro filho, verificamos que, em cada dez noivas observadas, pelo menos duas (21.3%) não tinham direito ao véu e à grinalda quando subiram ao altar –provavelmente muitas outras, pois, ao se comparar a fecundidade dos casais que tiveram filhos num intervalo maior do que oito meses depois do casamento, com aqueles cujo intervalo era de 0 a 7 meses, observamos que as taxas deste segundo subgrupo eram mais elevadas, para o conjunto dos grupos de idade–. Com efeito, seria necessária muita sorte, ou muito azar, para que um casal fosse flagrado por uma concepção, depois de uma relação mais íntima. A probabilidade de gerar após uma só relação sexual de um casal jovem e com boa saúde já foi calculada por especialistas: não seria mais do 2 a 4% (Stone, 1989: 311).²⁷ Isso significa que seria indispensável uma vida conjugal –sem nenhuma contracepção– de algumas semanas ou de alguns meses para que a concepção seja possível. Enfim, contando aquelas noivas que, já mães, também se casaram na igreja no período (8,5%), é bem provável que nenhuma mulher da primeira coorte observada chegasse virgem ao altar.

Anoto que, para este período de início de observação, reconstitui 480 casais “E” (por definição, casados fora da paróquia luterana) (Nadalin, 2001: 244). Considerando esses comportamentos relacionados ao casamento, à fecundidade e, evidentemente, à sexualidade, é possível se indagar se alguns desses cônjuges nunca se casaram. Poucos registros anotam tal possibilidade, e este laconismo nos leva a perguntar se, de fato, este tipo de união existia ou se a comunidade dava pouca importância a estes casos.²⁸

Para esse período é possível, então, concluir que o valor atribuído à virgindade feminina era certamente limitado, pois a prática de costumes tradicionais não comprometiam rapazes e moças. Por outro lado, a reputação das jovens poderia estar comprometida se “noites de provas” (*Probenächte*) se repetissem de maneira infrutífera com indivíduos diferentes. Essas características morais e estes costumes demonstravam, em verdade, a alta estima que (principalmente) os camponeses tinham pela fertilidade feminina, pois eles atribuíam um maior valor à moça grávida do que aquela que precisava provar sua capacidade de procriar (Bideau e Nadalin, 2011: 126-131; Solé, 1984: 27-38; Therborn, 2006: 340-341; Willems, 1980: 304-305).

27 Ao que tudo indica, tais dados foram obtidos por Jean Bourgeois-Pichat e divulgados num trabalho publicado em 1965.

28 É necessário observar que, a partir da instauração do Registro Civil em 1890, é possível –mas não muito provável– que alguns casais “E” fossem casados no civil, em Curitiba. Também convém fazer outra observação, a respeito do tema. Estudando as atas disponíveis nos arquivos da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba (uma parte das atas desapareceu), eu só encontrei uma referência oficial a este respeito. No dia 12 de julho de 1891, foi mencionada de forma bastante lacônica uma decisão concernente aos casais que viviam consensualmente, sem uma cerimônia religiosa abençoando a união: estes não poderiam fazer parte do rol de membros da paróquia (Protokoll-Buch, livro 1). Entre 1891 e 1898, os critérios da paróquia parecem ter mudado. Com efeito, a assembleia geral do dia 24 de julho de 1898, a propósito da decisão anterior da Diretoria (as atas do período não foram encontradas), decidem que as crianças cujos pais não são casados religiosamente poderiam receber o sacramento do batismo, desde que os pais se tornassem membros da comunidade (Protokoll-Buch, livro 2).

Devo insistir sobre esta análise relativa à importância dada à fertilidade do casal. Não era proibido aos jovens tomar certas liberdades com o sexo oposto, assimilados a jogos eróticos; no mundo tradicional isso se fazia sob a vigilância da comunidade, e o ato sexual poderia acontecer na condição que existisse uma promessa de casamento. Com efeito, para os casos observados em Curitiba na primeira coorte, à gravidez ou ao nascimento irregular seguia-se sempre o matrimônio. Isto foi confirmado pelo fato de que, no seio do grupo, a ilegitimidade no senso estrito do termo –isto é, a ausência do nome do pai no registro de batismo da criança– praticamente nunca ultrapassou 1 caso em 100 nascimentos.

Também quero grifar a originalidade dos comportamentos deste grupo de imigrantes e descendentes em relação a uma ideia de família. É evidente que os laços culturais que uniam esses indivíduos ao passado não eram facilmente rompidos. Nessa perspectiva, foi possível constatar a permanência de uma progenitura numerosa e de comportamentos concernentes à sexualidade características de sociedades tradicionais europeias ou de sociedade camponesas. Eu ainda agregaria, de modo igual, que a endogamia e uma economia moral definiam um horizonte para a maior parte dos membros da comunidade imigrante, também marcas do mundo “pré-industrial”.

Como já foi assinalado, o desenraizamento, a migração e o choque cultural, processos interligados, provocaram a marginalização do grupo no seio de um “enclave”. A estrutura familiar, incluindo os comportamentos sexuais e reprodutivos característicos da primeira coorte de imigrantes, seria uma consequência desta situação particular; ou seja, casar o mais cedo possível e iniciar precocemente a união conjugal. Seus objetivos seriam a sobrevivência traduzida pela função da família. Em consequência, não era o caso de reprimir a sexualidade, mas de canalizá-la para a procriação.

A situação descrita e as provas empíricas que foram recolhidas permitem supor a criação de novas solidariedades fundadas sobre a experiência comum, a vizinhança, e, enfim, sobre o estabelecimento de novas regras de parentesco. O resultado teria sido uma família, digamos, semiampliciada, construída em função das condições iniciais de inserção dos imigrantes na sociedade anfitriã; assim se contavam os pais, os irmãos, os padrinhos –no limite, companheiros de imigração e membros do grupo religioso e cultural, como vimos acima, no caso relatado dos Langermann/Mehl–, redefinindo dessa forma os fundamentos de uma nova rede de parentesco. Penso que foi sobre as bases estabelecidas por um grupo que se apunha às interferências culturais da sociedade luso-brasileira que foram construídos os mecanismos preparando a construção de uma identidade étnica e a integração do grupo na sociedade curitibana.

Após haver constatado os comportamentos herdados em relação à fecundidade e à sexualidade no subgrupo pioneiro e os signos de mudanças nas coortes ulteriores (Bideau e Nadalin, 2011: 119-139), é possível se interrogar até que ponto essas atitudes foram alteradas de uma geração à outra. Estas questões referem-se não somente à própria dinâmica dos contatos culturais e, como foi mencionado, à construção de fronteiras étnicas em

torno da comunidade; igualmente, no que concerne à inserção do grupo em uma sociedade em transformação, em pleno processo de urbanização.

Considerações finais

É possível afirmar que a história dos imigrantes alemães na capital paranaense foi marcada pelo esquecimento de certas características dos pioneiros. Na memória curitibana, sempre foram considerados como “urbanos” –no seu sentido mais moderno–, integrando e dinamizando as atividades comerciais e industriais da cidade. De fato, criaram armazéns de secos e molhados, padarias, cervejarias, lojas de ferragens e louças, diversas fábricas, e exerceram diversas profissões no ramo de serviços (em bares, restaurantes, pensões...), bem como nas profissões liberais.

Muitos ascenderam na escala social e se ligaram algumas vezes a grupos econômicos oriundos da elite luso-brasileira. Influenciado por esta memória idealizada, a sociedade curitibana construiu a imagem de que os imigrantes alemães ou seus descendentes que se proletarizaram ou empobreceram não eram alemães, mas “polacos”. Esquecimentos, preconceitos, imagens construídas sem dúvida na realidade: os nomes alemães sobre os estabelecimentos comerciais, a influência alemã sobre a arquitetura urbana, uma padaria tradicional e a igreja gótica na antiga Rua América, tudo indica remanescentes de um bairro alemão em Curitiba.

Em verdade, a origem desta memória parece residir no fato de que os filhos dos pioneiros alemães mudaram-se progressivamente da periferia para a cidade. Do fato, o geógrafo Pierre Denis, visitando o Brasil por volta do início do século XX, dava o seu testemunho: “O Paraná conta atualmente, sobretudo em Curitiba, mas também em outros centros, com uma grande população alemã, inteiramente originária de Santa Catarina; *mas esta população vive do comércio, tendo deixado a outros o trabalho na terra*” (Denis, 1910: 210, sem grifo no original). Mais ou menos assim foi o caso de Gustav Hermann que, tendo vivido sua juventude na periferia de São José dos Pinhais e Campo Largo, construiu sua casa próximo ao centro, depois do casamento em 1875. A estes se juntaram novos imigrantes, de origem mais urbana, que continuaram a chegar até os anos de 1930. Nessa época, a fase marginal já havia passado, os “outsiders” se estabeleceram na sociedade curitibana, amalgamados numa só identidade étnica. Com efeito, o mosaico de culturas que constituiu a coorte pioneira integrava-se de maneira homogênea ao caldo de uma cultura imigrante, sob a égide de uma história recriada e comum a todos.

Agrupados na segunda coorte analisada, a inserção dos imigrantes e descendentes na vida da cidade produziu-se num contexto no qual se estava criando uma nova identidade cuja (re)construção foi acentuada pelo reforço múltiplo dos elos da corrente social estabelecida com a antiga “Pátria-Mãe”. Essa situação parece ter perdurado até a Segunda Guerra Mundial (Bideau e Nadalin, 2011: 54-72). Esses laços acentuaram-se pela propaganda dos movimentos pangermânicos, veiculados pela imprensa germânica e teuto-brasileira que circulava em Curitiba. De outro lado, trama e urdidura de um mesmo tecido, a implantação na comunidade étnica dos novos imigrantes representaria uma

contradição: tese, os recém-chegados traziam sua contribuição veiculando as novas da pátria longínqua, reforçando assim a cultura imigrante; antítese, introduziam conflitos –o que pesava sobre a coesão do grupo (sem mencionar as contradições geradas pelos conflitos de “classe” que poderiam ocorrer no interior do agrupamento)–. Isso foi mencionado em outra parte deste texto.

Eu aleguei que, durante este período –estou ainda me referindo à segunda coorte de casais observados–, as modificações demográficas traduzir-se-iam principalmente pela diminuição e mudança do perfil da curva de fecundidade (Bideau e Nadalin, 2011: 79), indicando uma utilização mais frequente da contracepção. Conduzindo ao mesmo resultado, foi observado que houve uma elevação da idade em que os jovens se casavam, associado à uma diminuição da última maternidade (Bideau e Nadalin, 2011: 79 e 82). Essas mudanças no comportamento reprodutivo do grupo, de uma coorte a outra, caracterizava uma evolução malthusiana relacionada a uma verdadeira revolução néomalthusiana. Tudo indica que essas modificações inscrevem-se num contexto de transformações mais amplas e profundas, no qual se pode incluir a ruptura com a ideia de família elaborada no início da construção da identidade étnica.

A nova racionalidade imposta pela urbanização igualmente implicou uma nova atitude para com as crianças. Para os camponeses e artesãos/comerciantes da primeira coorte, as crianças constituíam um bem necessário não só para a própria sobrevivência dos imigrantes, como para o seu próprio “estabelecimento” na nova sociedade.

50

Año 8
Número 14
Enero/
junio 2014

Gustav Hermann Strobel descreveu a luta de sua família em Curitiba para a subsistência, principalmente nos primeiros anos de imigração (Strobel, 1987: 94). Arranjavam-se como podiam: enquanto seus serviços como carpinteiro não eram conhecidos, Christian August, como outros imigrantes recém-chegados e entre outros trabalhos, cavava valas (para delimitar propriedades de lusos-brasileiros); para a esposa, com a ajuda dos filhos, cabia preparar a terra para o plantio de hortaliças e cuidar dos animais para a sobrevivência do lar. Assim, passaram os primeiros tempos, habitando em casas alugadas antes de adquirir a sua. O progresso na família foi sentido quando o pai de família pode disponibilizar cada vez mais os seus serviços como carpinteiro; sua mulher, porém, continuava a administrar a casa e seus domínios, bem como a hospedaria. As crianças ajudavam como podiam, em função das limitações que impunha a idade. Como mencionei antes, quando puderam, Gustav Hermann e seu irmão Robert Emil começaram a acompanhar o pai, auxiliando e aprendendo o ofício.

Era, pois, impossível para Christina Friederika separar família e trabalho. Entretanto, o fato de que os recursos para a vida familiar fossem fornecidos, sobretudo, por Christian August assinalava uma mudança de vida: graças a suas artes de carpinteiro, o profissional tornava-se mais conhecido e mais valorizado na cidade. Em consequência, já se visualizava uma especialização mais nítida na divisão do trabalho na empresa familiar. De qualquer modo, é de se acreditar que, para a família Strobel, “casa” e “produção” ainda se confundiam, o que era característica das sociedades pré-industriais: “Os agricultores precisavam das esposas para o trabalho da fazenda, bem como para cozinhar e criar os

filhos; e os mestres-artesãos e pequenos lojistas necessitavam delas para conduzir seu comércio” (Hobsbawm, 2005: 246).

Como foi anotado, Gustav se queixava, nas suas memórias, de seu pai nunca lhe ter dado acesso a uma boa educação, tendo-o explorado até seus 24 anos (Strobel, 1987: 94). Se foi coerente, provavelmente não fez o mesmo com seus filhos. De qualquer modo, a minha leitura das suas memórias coloca o narrador numa fase de transição: ele e alguns de seus irmãos tiveram sete filhos, outros menos, como anotei. Será entre os netos, cuja maioria iniciou a vida matrimonial junto aqueles reunidos na segunda coorte (1895-1919), que se vislumbrará a grande mudança: os quinze casais desta geração tiveram 57 filhos, ou seja, quase quatro filhos em média, um pouco menos do que a descendência teórica média calculada para aquele subgrupo, 4.6 filhos. Esses números estão próximos das descendências completas calculadas, como anotei acima.

A partir desse momento, isto é, na história dos casais constituindo a segunda coorte analisada, é muito provável que filhos comesçassem a ser vistos diferentemente, não mais como investimento, mas como despesa (Hobsbawm, 2005: 275). A valorização étnica do trabalho entre os imigrantes e teuto-brasileiros, e sua amplificação pela ideologia econômica que grassava no século XIX, fez com que parecesse aos jovens casais menos importante ter tantos filhos como na geração anterior. Assim, adotando este novo modelo familiar, os filhos dos ádvenas planejavam para eles mesmos e para seus próprios filhos um futuro melhor, adequando-se ao mundo em transformação ao qual eles pertenciam.

Por outra, a partir da segunda e ainda mais na terceira coorte, a ideia de uma vida melhor que não se limitasse à procriação tornava-se cada vez mais importante. O cotidiano nas cidades levava a uma vida mais fácil, mais tranquila, e um grande número de crianças constituía um obstáculo aos bens de consumo ofertados pelo mundo urbano. Não era coincidência que o século XIX europeu, de onde tudo indica os imigrantes e descendentes tiravam seus modelos, começava a associar pobreza e indigência.

Trata-se de uma revolução cultural ampliando nova dimensão para o casamento. No centro urbano, a família não era mais constituída como unidade de produção. De uma perspectiva masculina, os critérios para escolher a noiva mudaram. No lugar de considerações materiais, ou seja, uma esposa robusta e fértil, os homens (e as mulheres) adaptavam valores cada vez mais associados ao “amor romântico”. Progressivamente, as escolhas tornavam-se mais individuais, indicando uma flexibilização da influência da família “extensa”.

A decisão de casar fixava-se cada vez mais nos noivos, o que denotava provas de independência, mesmo num contexto relativamente restrito do mercado matrimonial, fundado sob uma prática endogâmica de natureza étnica. A conquista da autonomia tendia a retardar o momento do casamento: se, nas gerações dos pioneiros, o domicílio dos recém-casados poderia ser construído sob as asas protetoras dos pais, a partir da terceira geração a constituição do domicílio dependia fundamentalmente dos recursos dos jovens prometidos. Como é sabido, esse processo corresponde igualmente a uma tendência à “nuclearização” da família.

A modernidade implicou também o abandono de outros comportamentos mantidos pelo grupo tradicional, dando lugar à prática da contracepção e, para isso, é preciso sempre considerar a dinâmica dos contatos culturais. Neste âmbito, pressupondo a adoção de novos valores pela comunidade, há uma diminuição substancial das concepções pré-maritais. Da mesma forma, e ainda tendo como referência a urbanização, impunha-se cada vez mais uma nova moral (Bideau e Nadalin, 2011), o que resultou em atitudes, digamos, tipicamente “vitorianas” no que dizia respeito às relações sexuais.

Referências bibliográficas

- ANDREAZZA, M. L. (1999), *Paraíso das delícias: um estudo da imigração ucraniana para o Brasil, 1895-1995*, Curitiba: Aos Quatro Ventos.
- ANDREAZZA, M. L. e S. O. Nadalin (1994), “O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante”, em *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 11, núm. 1, São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, pp. 61-87. [Versão em inglês publicada em 1999-2000 sob o título “The context of colonization in Southern Brazil and the immigrant family”, em *Brazilian Journal of Population Studies*, vol. 2, Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais).
- BARTH, F. (1998), “Grupos étnicos e suas fronteiras”, em P. Poutignat e J. Streiff-Fénart, *Teorias da Etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, pp. 185-227.
- BIDEAU, A. e S. O. Nadalin (2011), *Une communauté allemande au Brésil; de l’immigration aux contacts culturels, XIX^e-XX^e siècle*, Paris: INED.
- BIROU, A. (1973). *Dicionário das ciências sociais*. Lisboa: D. Quixote.
- BÖBEL, M. T. e R. S.Thiago (2001), *Joinville- Os pioneiros. Documento e história*, Joinville: Editora UNIVILLE, vol. 1.
- DENIS, P. (1910), *Le Brésil au XX^e. Siècle*, Paris: A. Colin. [3^a ed.].
- GOLFIN, J. (1973), *Vocabulário essencial da sociologia, temas e problemas*, Lisboa: Moraes.
- GREEN, N. L. (2008), “Tempo e estudo da assimilação”, em *Antropolítica*, vol. 25, 2^o sem., Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, pp. 23-47.
- HALBWACHS, M. (1941), *Morfologia social*, São Paulo: Acadêmica.
- HEISLER, A. (s.d.), “Apontamentos históricos e sobre a imigração alemã no Estado do Paraná (1829-1929)”, em A. Heisler *et al.*, *Os Allemeães nos Estados do Paraná e Santa Catarina; em comemoração do 1^o centenário de sua entrada nesses Estados do Sul do Brasil. 1829-1929*, Curitiba: Imprensa Paranaense. [Data provável: 1929 ou 1930].
- HOBBSAWM, E. J. (2004), *A era do capital; 1848-1875*, Rio de Janeiro: Paz e Terra. [10^a ed].
- (2005), *A era dos impérios; 1875-1914*, Rio de Janeiro: Paz e Terra. [9^a ed.].
- (2006), *A era das revoluções; 1789-1848*, Rio de Janeiro: Paz e Terra. [20^a ed.].
- MACEDO, I. S. de, A. M. Burmester e S. O. Nadalin (1984), “Estimativas de mortalidade adulta no grupo evangélico luterano em Curitiba, 1880-1919”, trabalho apresentado no *Seminar on adult mortality and orphanhood in the past*, San José (Costa Rica): Centro Latinoamericano de Demografia (CELADE) (ONU)/International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP).

- MACFARLANE, A. (1990). *História do casamento e do amor: Inglaterra, 1300-1840*, São Paulo: Cia das Letras.
- MACHADO, C. da Silva (1998), *De uma família imigrante: sociabilidades e laços de parentesco*, Curitiba: Aos Quatro Ventos.
- Mappa dos habitantes da mesma cidade (Coritiba) existentes no ano de 1850*, Provincia do Paraná, Município da Capital, Estatística da população em 1850. [Manuscrito existente no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro].
- MARTINS, R. (1941), *Quantos somos e quem somos, Dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná*, Curitiba: Empr. Gráfica Paranaense.
- NADALIN, S. O. (1974), “A origem dos noivos nos registros de casamento da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba, 1870-1969”, dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- (1978), “Une paroisse germanique au Brésil, la Communauté évangélique luthérienne à Curitiba entre 1866 et 1969”, thèse de doctorat, EHESS, Paris,
- (2001), *Imigrantes de origem germânica no Brasil; ciclos matrimoniais e etnicidade*, Curitiba: Quatro Ventos. [2ª edição].
- (2004), *História e Demografia: elementos para um diálogo*, Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP).
- (2009), “Construindo alteridades: a trajetória de vida de um jovem imigrante no Brasil Curitiba, segunda metade do século XIX”, em *História: Questões & Debates*, vol, 26, núm. 51, julho/dezembro, Curitiba: Associação Paranaense de História/Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, pp. 181-208.
- (2011), “Identidade e parentesco na construção e desconstrução da cultura teuto-brasileira (1876-1973)”, Curitiba, Universidad Federal de Paraná (UFPR), comunicação apresentada no I Congresso Internacional REFMUR “Famílias: complexidades do passado e do presente”, Múrcia, 1-2 fevereiro.
- NADALIN, S. O. e P. Fabris (2012), “A comunidade alemã em Curitiba e a conjuntura da Primeira Grande Guerra”, Curitiba, Universidad Federal de Paraná, comunicação apresentada no 54º Congresso Internacional de Americanistas, Viena, 19 de julho. [Inédito].
- NEIVA, A. H. e J. F. Carneiro (1950), “Movimento migratório no Brasil de 1819 a 1947”, em J. F. Carneiro, *Imigração e colonização no Brasil*, Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia.
- RANZI, S. M. F. (1996), *Alemães católicos, um estudo comparativo de famílias em Curitiba (1850-1919)*, Curitiba: Universidade Federal do Paraná. [Tese de doutorado].
- ROCHE, J. (1969), *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Globo.
- SEYFERTH, G. (1999), “A colonização alemã no Brasil; etnicidade e conflito”, em B. Fausto (org.), *Fazer a América; a imigração em massa para a América Latina*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- SHORTER, E. (1973), "Female Emancipation. Birth Control and Ferlility", em *The American Historical Review*, vol. 78, núm. 3, American Historical Association, pp. 605-640.
- (1977), *Naissance de la famille moderne: XVIII^e-XX^e siècle*, Paris: Le Seuil.
- SOLÉ, J. (1984), *L'Amour en Occident à l'époque moderne*, Bruxelles: Éditions Complexe.
- MINISTÈRE DU TRAVAIL ET DE LA PRÉVOYANCE SOCIALE (1907), *Statistique Internationale du Mouvement de la Population, d'après les registres d'état civil (1907). Résumé rétrospectif depuis l'origine des statistiques de l'état civil jusqu'en 1905*, Paris: Ministère du Travail et de la Prévoyance sociale/Imprimerie nationale.
- STONE, L. (1989), *Familia, sexo y matrimonio en Inglaterra; 1500-1800*, México: Fondo de Cultura Económica.
- STROBEL, G. H. (1987), *Relatos de um pioneiro da imigração alemã*, Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná (IHGEP).
- (2014), *Memórias de Gustav Hermann Strobel; relatos de um pioneiro da imigração alemã no Brasil*, Curitiba: Instituto Memória. [Posfácio: C. da Silva Machado e S. O. Nadalin].
- THERBORN, G. (2006), *Sexo e poder. A família no mundo, 1900-2000*, São Paulo: Contexto.
- WILLEMS, E. (1980), *A aculturação dos alemães no Brasil. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*, São Paulo: Cia. Editora Nacional/INL/MEC [2^a ed.].
- WOORTMANN, E. F. (1995), *Herdeiros, parentes e compadres*, São Paulo: Hucitec/Brasília: Editora da Universidade Nacional de Brasília (EDUNB).